

[Revogado pela Instrução Normativa STJ N. 9 de 8 de junho 2015](#)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Anexo

(Art. 1º da Portaria n.º 46 de 30 de abril de 2007)

## **PODER JUDICIÁRIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

### **D E C L A R A Ç ã O**

Eu, \_\_\_\_\_,  
matrícula n.º \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei:

☐ ter ciência da incompatibilidade do exercício da advocacia com o de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário, conforme disposto no art. 28, IV, da Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994.

☐ não exercer atividade de advocacia, ainda que em defesa de interesse próprio, conforme estabelecido no art. 1º do Ato STJ n.º 105, de 1º de junho de 2005.

☐ ter ciência da necessidade de cancelamento da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), prevista no art. 11, IV, § 1º, da Lei n.º 8.906/1994.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**PODER JUDICIÁRIO**  
**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**

**Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994**

*Art. 11. Cancela-se a inscrição do profissional que:*

*(...)*

*IV - passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia;*

*(...)*

*§ 1º Ocorrendo uma das hipóteses dos incisos II, III e IV, o cancelamento deve ser promovido, de ofício, pelo conselho competente ou em virtude de comunicação por qualquer pessoa.*

*(...)*

*Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:*

*IV - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro;”*

**Ato nº 105/MP, de 01 de junho de 2005**

*“Art. 1º Os servidores do Superior Tribunal de Justiça bacharéis em Direito, efetivos ou não, inclusive os cedidos e requisitados, devem firmar declaração, sob as penas da lei, de que não exercem atividade de advocacia, ainda que em defesa do próprio interesse.*

*...*

*Art. 3º A inobservância da vedação de que trata este ato, prevista no art. 117, XVIII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, acarreta a instauração de processo administrativo para apuração da responsabilidade do servidor, na forma do Título V dessa Lei, sem prejuízo da remessa das pertinentes informações à Ordem dos Advogados do Brasil para as providências de sua competência.”*